

# LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PERSONAIS LGPD

Guia orientativo sobre  
a Lei Geral de Proteção  
de Dados Pessoais

CONSCIENTIZAÇÃO  
AOS COOPERADOS



A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) foi criada para garantir mais segurança, privacidade e controle sobre o uso das informações de cada pessoa. Ela estabelece regras para que o tratamento de dados seja realizado de forma transparente, segura e responsável.

Desde sua vigência, todas as empresas e instituições que coletam ou utilizam dados pessoais precisam se adequar às exigências da lei, adotando práticas que assegurem a proteção dessas informações e o respeito aos titulares dos dados.

No Sicoob Credicarpa, esse compromisso é prioridade. Trabalhamos com responsabilidade e transparência para proteger os dados dos nossos cooperados e fortalecer a confiança que construímos ao longo dos anos.

Com foco na sustentabilidade e no crescimento dos negócios de nossos cooperados, elaboramos esta cartilha para orientar e apoiar você na adequação à LGPD. Nosso objetivo é oferecer ferramentas e informações práticas para que sua empresa atue de forma segura, esteja em conformidade com a legislação e fortaleça sua credibilidade junto a clientes e parceiros.

A proteção de dados é mais do que uma exigência legal, é um passo importante para garantir a continuidade e o crescimento responsável dos negócios.

***Boa leitura e conte sempre com o Sicoob Credicarpa.***

# ÍNDICE

---

1. Sobre a LGPD;
2. Definições da Lei Geral de Proteção de Dados;
3. Diretrizes e princípios;
4. Bases legais para o tratamento de dados pessoais;
5. Regras para o tratamento de dados;
6. Direitos dos titulares;
7. Sanções;
8. Guia Prático: Como Adequar sua Empresa à LGPD;
9. Conclusão.

# 1 SOBRE A LGPD

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), popularmente conhecida como **LGPD**, que regulamenta no Brasil o tratamento de dados pessoais.


A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade de cada indivíduo, uma vez que os dados pessoais ganharam grande importância na economia moderna, permitindo a realização de previsões, análise de perfis de consumo, opinião, entre outras atividades.

Com os direcionamentos que a Lei traz, muitas mudanças já estão acontecendo na forma de funcionamento e operação das empresas, impondo um padrão mais elevado de proteção e penalidades significativas para o não cumprimento da Lei.

## 2 DEFINIÇÕES DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**Dados Pessoais** São quaisquer informações relativas a uma pessoa física **identificada** ou **identificável**. Uma pessoa identificável é um indivíduo que possa ser identificado, direta ou indiretamente, particularmente por referência a um número de identificação ou por um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, mental, econômica, cultural ou social.


Veja alguns exemplos de dados pessoais:


 Nome

 E-mail


 Biometria

 Endereço

 Dados Bancários

 Placa de carro


 Data de nascimento

 Hábitos de consumo

 Foto

 Números identificáveis  
(RG, CNH, CPF,CTPS,Passaporte)

 Exames médicos

 Localização via GPS

## Dados Sensíveis

É uma subcategoria de dados pessoais, que por sua relevância e importância estão sujeitos a condições de tratamento específicos e demandam maior proteção do que um dado pessoal comum. É um dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado



Orientação Sexual



Afiliação a Sindicato



Saúde



Dados Biométricos



Religião



Origem racial ou étnica

## Informação

É o conjunto de dados que, processados ou não, podem ser utilizados para produção, trans- missão e compartilhamento de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

## Titular dos Dados

É a pessoa física a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

## Tratamento de dados pessoais

Significa qualquer operação ou conjunto de operações realizadas com dados pessoais, seja por meios automáticos ou não, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

## Consentimento pelo titular

É a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados pessoais concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

## Agentes de Tratamento

São os agentes responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais: o controlador e o operador. Compõem a estrutura funcional da LGPD e são partes essenciais para o tratamento correto dos dados pessoais, com responsabilidades distintas nesse processo.

### • Controlador

É a pessoa física ou jurídica que, individualmente ou em conjunto com outrem, determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais.

### • Operador

É a pessoa natural ou jurídica que **realiza o tratamento dos dados pessoais em nome do Controlador de Dados**. A palavra “operador” tem o mesmo significado que “Prestador de Serviços”, como comumente utilizado dentro do Sicoob.

Outro agente de tratamento essencial para essa estrutura da LGPD é o **encarregado** ou **DPO**.

### • Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou DPO (Data Protection Officer)

É a pessoa física ou jurídica que atua como canal de comunicação entre os titulares dos dados pessoais e a autoridade fiscalizadora. Cada central e singular designa seu DPO, que se relaciona com a área de Segurança da Informação do CCS e coordena as atividades referentes à LGPD de sua entidade.

### Órgão Regulador: ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados)

É o órgão da administração pública indireta, com autonomia técnica e decisória, que zela, implementa, fiscaliza e promove ações de cooperação para incentivar o cumprimento da Lei.

### A ANPD é responsável por:

- implementar normas e diretrizes sobre proteção de dados;
- fiscalizar, auditar e aplicar sanções;
- comunicar as autoridades competentes sobre infrações penais;
- requisitar informações, a qualquer tempo, aos controladores e operadores; e
- indicar prazos e editar normas, orientações e procedimentos.

### Transferência de dados

É a comunicação, difusão, transferência nacional ou internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos, entidades ou pessoas, e para uma ou mais modalidades de tratamento. Essa comunicação ou compartilhamento de dados pessoais com terceiros deve ter o consentimento expresso do titular, exceto em situações já previstas em lei que dispensam tal autorização.

### Violação de dados pessoais

É quando a empresa sofre um incidente de segurança relativo aos dados pelos quais é responsável, que resulta em destruição, perda, alteração, divulgação acidental ou ilegal, não autorizada ou acesso a dados pessoais transmitidos, armazenados ou de outra forma processados.

### 3 DIRETRIZES DIRETRIZES DIRETRIZES E PRINCÍPIOS

A LGPD estipula diretrizes e princípios que devem ser sempre observados no tratamento de dados pessoais.

<b>FINALIDADE</b>	Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
<b>ADEQUAÇÃO</b>	Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
<b>NECESSIDADE</b>	Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
<b>LIVRE ACESSO</b>	Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
<b>QUALIDADE DOS DADOS</b>	Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
<b>TRANSPARÊNCIA</b>	Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
<b>SEGURANÇA</b>	Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
<b>PREVENÇÃO</b>	Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
<b>NÃO DISCRIMINAÇÃO</b>	Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.
<b>RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

## 4 BASES BASES BASES LEGAIS

Para tratar dados pessoais, o Sicoob precisa estar embasado por uma **base legal** estipulada na **LGPD**, que é basicamente o fundamento jurídico que legitima a possibilidade da coleta, uso e compartilhamento de dados pessoais por você e por todos nós do Sicoob. Assim, o Sicoob realizou uma análise completa de suas atividades de tratamento de dados pessoais e fundamentou legalmente todos os seus fluxos. São as bases legais da **LGPD**:

### Obrigação Legal

Execução ou procedimentos preliminares de contrato

### Legítimo Interesse

Tutela da Saúde

Estudo por órgãos de pesquisa

### Consentimento

Exercício regular de direitos

Proteção da Vida

Proteção do Crédito

Execução de políticas públicas pela administração pública



## REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS

Mesmo com as bases legais, existem algumas regras específicas, estipuladas pelos princípios, para que o tratamento de dados pessoais possa ser realizado, como:

- Os dados pessoais devem ser **tratados de forma justa e lícita**.
- Os dados pessoais devem ser **coletados para fins específicos e legítimos**, e não serão tratados além do necessário para o cumprimento dessas finalidades.
- Os dados pessoais devem ser **adequados, relevantes e não excessivos** para os fins para os quais são coletados e usados.
- Os dados pessoais devem ser **precisos**, e, quando necessário, **mantidos atualizados**. Medidas cabíveis serão tomadas para corrigir ou apagar dados pessoais imprecisos ou incompletos.
- Os dados pessoais serão **mantidos apenas pelo tempo em que forem necessários** para os fins para os quais foram coletados e tratados, considerando as obrigações legais de preservação dos registros.
- Os dados pessoais **podem ser acessados somente por pessoas cuja função exige o seu manuseio**, conforme o princípio da necessidade.

## DIREITOS DOS TITULARES

Os titulares têm direitos e garantias assegurados na LGPD, conforme tabela:

<b>ACESSO</b>	Direito de ser informado e ter acesso aos seus dados pessoais sob tratamento do Sicoob.
<b>CORREÇÃO</b>	Direito de solicitar a atualização ou alteração dos seus dados pessoais desatualizados, incompletos ou incorretos.
<b>PORTABILIDADE</b>	Direito de requerer que os dados pessoais sob tratamento do Sicoob sejam transferidos a outro prestador de serviço indicado pelo titular.
<b>ELIMINAÇÃO</b>	Direito de ter seus dados pessoais eliminados das bases de dados do Sicoob.

<b>ANONIMIZAÇÃO OU BLOQUEIO</b>	Direito de solicitar que os dados pessoais excessivos ao tratamento sejam submetidos à anonimização ou que este tratamento excessivo seja suspenso.
<b>REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO</b>	Direito de revogar o seu consentimento para as finalidades de tratamento de dados pessoais a ele atreladas.
<b>INFORMAÇÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOGAÇÃO</b>	Direito de ser informado sobre os desdobramentos da relação com o Sicoob e execução de determinada finalidade tratamento caso o titular deseje revogar o seu consentimento.
<b>OPOSIÇÃO</b>	É o direito do titular de se opor e contestar os tratamentos de dados pessoais. Este direito não é absoluto e precisará ser atendido apenas quando o tratamento estiver em desconformidade com a lei.

## 7 SANÇÕES

A LGPD previu um rol variado de sanções, de natureza administrativa, pecuniária e restritiva de atividades. Conforme o art. 52 da LGPD, a ANPD pode aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência**, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- b) Multa simples**, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, e limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- c) Multa diária**, observado o limite total a que se refere a alínea b deste item;
- d) Publicização** da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- e) Bloqueio** dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- f) Eliminação** dos dados pessoais a que se refere a infração;
- g) Suspensão** parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;
- h) Suspensão** do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período;
- i) Proibição parcial ou total** do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

## GUIA PRÁTICO: COMO ADEQUAR SUA EMPRESA À LGPD

Estar em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** é essencial para qualquer empresa que coleta ou utiliza informações de clientes, fornecedores ou colaboradores.

Mais do que uma exigência legal, cumprir a lei demonstra **respeito, segurança e transparência**, fortalecendo a confiança nos seus negócios.

A seguir, apresentamos um passo a passo simples para colocar sua empresa em conformidade.

### 1 ENTENDA O QUE É A LGPD E O QUE ELA EXIGE

A LGPD protege dados pessoais, ou seja, qualquer informação que possa identificar uma pessoa, como nome, CPF, telefone, e-mail ou endereço.

Sua empresa só pode usar esses dados se houver uma base legal, como o consentimento do cliente ou a necessidade de cumprir um contrato.

A lei exige transparência, segurança e respeito aos direitos dos titulares, garantindo que as pessoas possam acessar, corrigir ou excluir suas informações sempre que desejarem.

### 2 DESCUBRA QUAIS DADOS SUA EMPRESA COLETA

O primeiro passo para a adequação é mapear todos os dados pessoais que sua empresa coleta, guarda ou compartilha.

#### PERGUNTA-SE:

- ✓ Quais dados são coletados de clientes, fornecedores e funcionários?
- ✓ Onde esses dados são armazenados (planilhas, sistemas, papel)?
- ✓ Quem tem acesso a essas informações?
- ✓ Há compartilhamento com terceiros, como contadores, sistemas de gestão ou transportadoras?

Esse levantamento ajuda a identificar riscos e definir medidas de proteção adequadas.

### 3 REVISE POLÍTICAS, CONTRATOS E FORMULÁRIOS

Todos os documentos que envolvem coleta e uso de dados precisam ser atualizados de acordo com a LGPD. Isso inclui políticas de privacidade, termos de uso, contratos e fichas de cadastro.

Esses documentos devem informar de forma clara:

Quais dados são coletados

Para que finalidade serão utilizados

Como são armazenados e protegidos;

Quais são os direitos do titular sobre essas informações

### 4 PEÇA CONSENTIMENTO DE FORMA CORRETA

Quando o tratamento de dados depender do consentimento, ele deve ser livre, informado e inequívoco.

Isso significa que o titular precisa entender por que e para que seus dados estão sendo coletados e deve poder retirar esse consentimento a qualquer momento.

Formulários e cadastros devem ser claros e oferecer opções objetivas de concordância, evitando textos complexos ou confusos.

### 5 GARANTA A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

A empresa deve adotar medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos indevidos, vazamentos ou perdas.

Algumas medidas práticas incluem:

Limitar o acesso a dados apenas a quem realmente precisa.

Criar senhas fortes e trocá-las periodicamente.

Fazer backups regulares.

Evitar o envio de dados pessoais por canais não seguros, como e-mail ou aplicativos de mensagens.

Essas ações reduzem riscos e demonstram responsabilidade na gestão das informações.

## 6 NOMEIE UM RESPONSÁVEL PELOS DADOS (DPO)

A LGPD exige que as empresas indiquem um **Encarregado de Proteção de Dados (DPO)**, responsável por acompanhar o cumprimento da lei.

Essa pessoa atua como ponto de contato entre a empresa, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Em **pequenas empresas**, essa função pode ser exercida por um **colaborador** interno capacitado ou um **consultor** externo especializado.

## 7 CRIE UM PLANO DE RESPOSTA A INCIDENTES

Mesmo com boas práticas de segurança, incidentes podem ocorrer. A empresa deve ter um plano de ação para lidar com casos de vazamento, perda ou acesso indevido de dados.

Esse plano deve definir:

Como agir em caso de incidente.

Quem será comunicado.

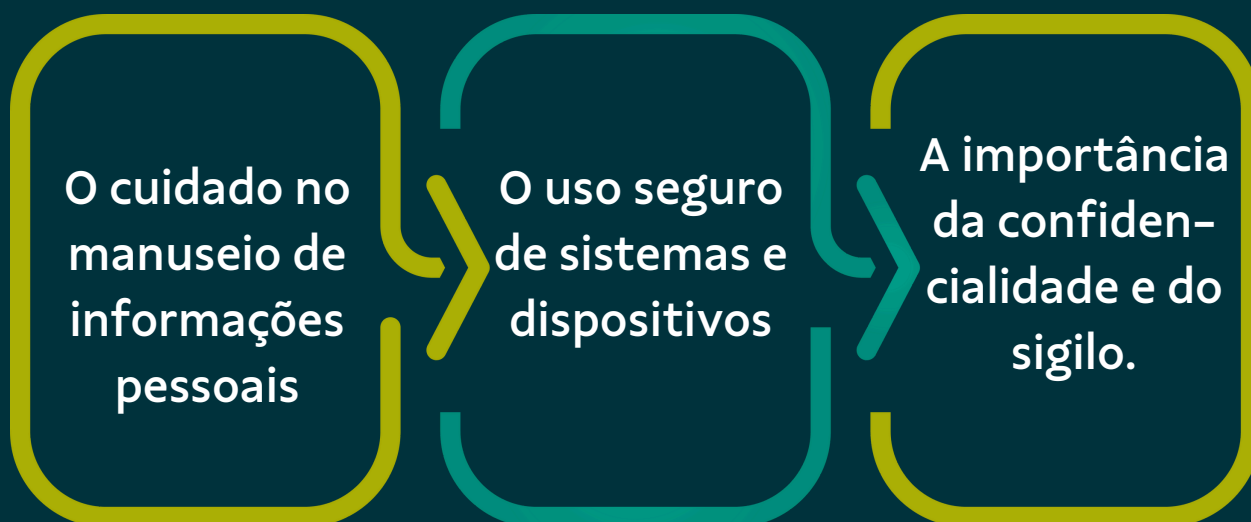
Quais medidas corretivas serão adotadas.

A LGPD determina que, em caso de violação, a ANPD e os titulares afetados sejam informados de forma adequada e imediata.

## 8 CAPACITE SUA EQUIPE

A conformidade com a LGPD depende também da conscientização dos colaboradores. Todos devem entender a importância da proteção de dados e aplicar boas práticas no dia a dia.

Treinamentos e orientações internas devem abordar:



## 9 BUSQUE APOIO ESPECIALIZADO

Adequar-se à LGPD pode parecer desafiador, mas o apoio de uma **consultoria** especializada pode facilitar o processo. **Profissionais** com conhecimento técnico podem ajudar a revisar contratos, criar políticas de privacidade, elaborar planos de segurança e treinar a equipe.

## 9 CONCLUSÃO CONCLUSÃO CONCLUSÃO

Estar em conformidade com a LGPD é mais do que uma **obrigação legal**. É uma forma de proteger o seu negócio, reforçar a confiança dos clientes e garantir a sustentabilidade da empresa no ambiente digital.

Seguindo esses passos, sua empresa estará no caminho certo para atuar com transparência, segurança e responsabilidade. Fique sempre atento as principais notícias e orientações no site da **ANPD: [www.gov.br/anpd/pt-br](http://www.gov.br/anpd/pt-br)**.

